

Relatório de Gestão do exercício e
Demonstrações Financeiras de 2018.

Relatório de Gestão 2018

EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.

NIF: 504 596 608

Matriculada na C.R.C. de Póvoa de Lanhoso sob o
N.º 05/20010911

Índice:

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
GASTOS DO EXERCÍCIO	5
RENDIMENTOS	6
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE	8
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	9
1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	16
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	17
3.1. Bases de apresentação	17
3.2. Ativos fixos tangíveis	17
3.3. Ativos intangíveis	17
3.4. Locações	18
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	18
3.6. Ativos e passivos financeiros.....	19
3.7. Rendimentos de Transações sem contraprestação	21
3.8. Rendimentos de Transações com Contraprestação.....	22
3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	23
3.10. Imposto sobre o rendimento.....	23
3.11. Provisões	23
3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	24
3.13. Especialização de exercícios.....	24
3.14. Acontecimentos subsequentes.....	24
4 FLUXOS DE CAIXA.....	24
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	25
6 ATIVOS INTANGÍVEIS	26
7 LOCAÇÕES.....	27
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	27
9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	28
10 ATIVOS FINANCEIROS	28
11 GASTOS A RECONHECER	29
12 INSTRUMENTOS DE património líquido.....	29
13 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	30
14 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	31
15 CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	31
16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	32
18 RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	33
19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	33
20 GASTOS COM O PESSOAL	34
21 AMORTIZAÇÕES	34
22 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	35
23 OUTROS GASTOS E PERDAS	35
24 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES	36
25 PARTES RELACIONADAS.....	36
26 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	36
27 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	37
PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	38
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	39

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente

Joaquim Cândido Lopes Machado

Vogais

Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

José Manuel Costa da Silva

Fiscal Único

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "M. G. C. B. R. F. S." or similar.

Handwritten signature in black ink, possibly reading "A. M. A. S. M." or similar.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao sócio,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas o presente relatório de gestão do exercício findo em 31/12/2018.

A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA ATIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, GASTOS, RENDIMENTOS E ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

No ano letivo 2018-2019 foram aprovadas quatro novas turmas para os Cursos Técnicos Profissionais. As várias áreas de formação e saídas profissionais propostas pela escola foram escolhidas de acordo com o levantamento de necessidades de formação, identificadas pela DGEstE, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, em articulação com a CIM do Ave, Comunidade Intermunicipal do Ave. Constatou-se um acréscimo da procura por parte dos jovens para determinadas áreas destas tipologias de formação, com o objetivo claro de obterem qualificações que lhes permitam, no futuro, um ingresso mais fácil no mercado de trabalho. O conhecimento da qualidade da formação ministrada aos jovens e o enquadramento com a necessidade de técnicos qualificados, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, aliada ao consequente aumento da empregabilidade, esteve na origem do acréscimo da procura da EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M. por jovens oriundos de vários concelhos do distrito onde nos inserimos.

No exercício económico de 2018, o capital social cifra-se nos 20.000,00€ (vinte mil euros), detido a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso. O valor inscrito na conta de reservas legais obrigatórias - 10.933,65€ (dez mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), manteve-se igual ao exercício anterior.

No capítulo dos Meios Financeiros Líquidos, a Escola Profissional do Alto Ave, E.M. apresenta um saldo bancário e de caixa de 35.515,44€.

Para além das contas de Depósitos à Ordem, a EPAVE dispõe de uma Conta Caucionada com um "plafond" de 200.000,00€ (duzentos mil euros). No final do ano de 2018, a conta estava totalmente não utilizada.

Em consequência, a rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento apresenta um saldo de 3.424,19€ registando um decréscimo face ao ano de 2017, cujo valor foi de 6.009,29€.

As contas de Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos apresentavam um saldo conjunto de 22.383,44€, sendo que não se registavam dívidas a fornecedores com prazo de pagamento superior a 60 dias.

GASTOS DO EXERCÍCIO:

No capítulo de gastos do exercício referimos:

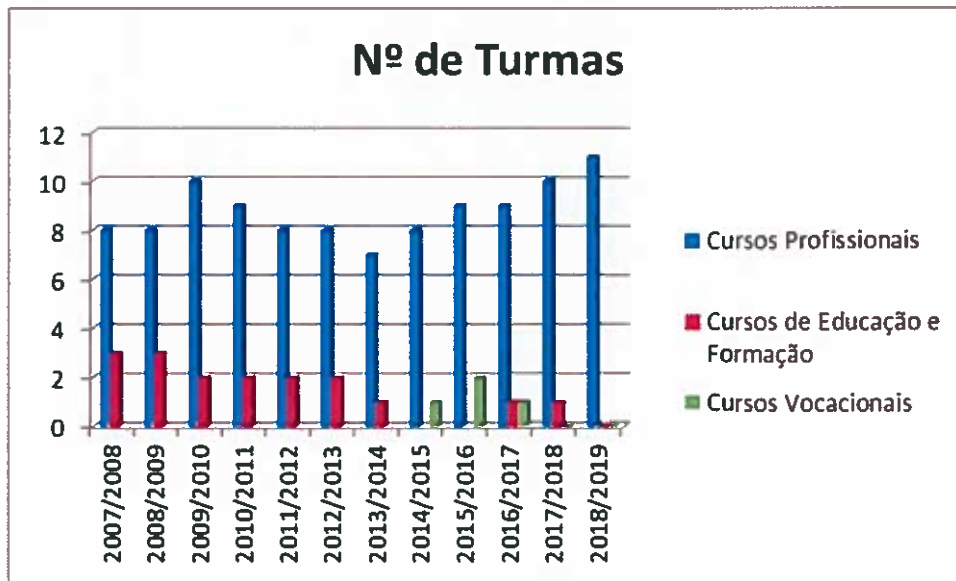
- Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 283.149,15 € (2017- 202.341,25€) onde se destacam as verbas destinadas a honorários – pagamento a colaboradores em regime de prestação de serviços (100.259,11 €; 2017 - 125.101,10€), e verifica-se um acréscimo na rubrica de Rendas e Alugueres devido ao contrato de arrendamento com o Município.
- Gastos com o Pessoal no montante de 488.518,88€, verificando-se um aumento comparativamente com o ano de 2017, cujo valor ascendeu a 456.987,99€ devido ao número de pessoas que no ano de 2018 foram contabilizados os diretos de todo o ano.

	Saldo Inicial 2018	Saidas	Entradas	Saldo Final 2018
Funcionários	26	0	0	26

	Saldo Inicial 2017	Saidas	Entradas	Saldo Final 2017
Funcionários	17	1	10	26

- Outros Gastos e Perdas – Subsídios a Formandos, valores de subsídios de alojamento, alimentação e transporte para um universo de 239 formandos, que representam um encargo de 299.635,79€, pago em função das situações dos formandos, sendo de salientar que se verificou igualmente um acréscimo do número de alunos existente no ano presente letivo, no ano de 2017 para um universo de 225 formandos o valor era de 264.460,82€.
- Gastos de Depreciação e Amortização, no exercício de 2018, foram imputados 47.133,06€ (2017 - 47.493,55€) de gastos com amortizações. Com o reconhecimento do rendimento resultante de subsídios ao investimento apenas é suportado pela escola um gasto líquido de 9.527,86€. No ano de 2017, o valor era de 9.735,31€.

Os rendimentos da EPAVE são, na totalidade, assegurados pelo financiamento do POCH/Ministério da Educação/ Município da Póvoa de Lanhoso. Estes destinam-se a cobrir os gastos de funcionamento e gestão da escola, verificando-se um rendimento de 1.154.805,86 €. Em 2017 registou-se o valor de 1.043.214,03€, verificando-se um aumento dos financiamentos atribuídos, uma vez que obtivemos aprovação de mais uma turma de cursos profissionais face ao ano anterior durante todo o ano civil.



O gráfico acima demonstra a oscilação do número de turmas que têm sido aprovadas pelo Ministério da Educação para a EPAVE, assim conseguimos visualizar o crescimento a partir do ano letivo de 2013-2014, atingindo agora uma estrutura com um total de 11 turmas em funcionamento. Podemos referir que na mesma linha de crescimento a EPAVE tem em processo de aprovação (com vistoria aprovada pelo Ministério de Educação) 3 novas turmas para Cursos Técnico Profissionais e 1 nova turma Cursos de Educação e Formação de Jovens para o próximo ano letivo.

No ano letivo 2018-2019 as preferências, por género, dos alunos que procuram a EPAVE ascendem a 163 do género masculino e 62 do género feminino num universo de 225alunos. Assim, verifica-se uma adaptabilidade às formações ministradas pela EPAVE superior para o género masculino.

RENDIMENTOS:

No capítulo de rendimentos do exercício referimos:

- Outros Rendimentos e Ganhos, esta conta que apresenta um saldo de 53.183,70€ (2017 - 49.973,32€), refletem o lançamento de rendimentos destinados à compensação de gastos com amortizações de ativos, cuja aquisição foi alvo de subsídios ao investimento e rendimentos de atividades conexas à formação como o bar com os serviços mínimos, formação não financiada e serviços de apoio a formandos, apresentando um saldo de 14.897,51 €. Em 2017, o valor realizado ascendeu a 11.987,13 €.

NO ANO DE 2018, PODEREMOS DESTACAR, AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGUINTE DADOS:

- **Funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 Cursos Profissional - POCH:**

Quanto ao funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 - Cursos Técnico Profissionais - tem-se verificado uma procura dos cursos profissionais da área técnica de metalurgia e metalomecânica e eletrónica e automação. Neste sentido foi ajustada a oferta formativa para o ano letivo de 2018-2019 com incidência nestas áreas.

Todas as ações propostas para esta Medida do POCH - Programa Operacional do Capital Humano - estão sujeitas ao modelo de gestão baseado no método de custos unitários (forfetário). Assim, obedece-se a uma gestão mais rigorosa, pela aplicação de valores fixos, condicionando no entanto o orçamento, na medida em que dificulta a correção de gastos pontuais. Isto obriga à execução de um Plano de Atividades mais rigoroso.

- **Plano Anual de Atividades**

O Plano Anual de Atividades projetado para o ano letivo 2017/2018 foi realizado em cerca de 81% das atividades propostas.

Atividades que se identificam com a cultura escolar da EPAVE realizadas no ano letivo 2017/2018:

- Semana Aberta;
- Dia do Ensino Profissional;
- Marcha Solidária alertando para temas de interesse geral;
- Celebrações temáticas de carácter social e cultural;
- Comemoração do dia de S. Martinho;
- Festa de Natal "Lanche Partilhado";
- Decoração de Natal elaborada pelo Cursos Eletrónica;
- Feira das profissões.
- Festa de encerramento do ano letivo.
- Apresentação pública de PAPs

Nos eventos projetados no Plano Anual de Atividades, é importante destacar o elevado número de participantes, o envolvimento da comunidade escolar e local, a ampla divulgação nos órgãos de comunicação social - imprensa regional e local - e a total concretização dos objetivos delineados.

- **Programas Comunitários**

No âmbito dos Programas Comunitários, consolidamos e ampliamos as parcerias nacionais e internacionais, ao nível da mobilidade de alunos, com destaque para o Programa ERASMUS+. Este programa está a proporcionar aos nossos formandos dos diversos Cursos um estágio em contexto de trabalho real bem como para as pessoas do *staff* em diversas empresas de Espanha, Itália, Reino Unido e Alemanha ao longo do período do projeto 2017/2019. Em 2018, realizaram-se deste projeto mobilidades para Itália e Reino Unido. Estes intercâmbios constituem uma forte aposta da Escola Profissional na valorização do percurso profissional e cultural dos nossos alunos, e mostrando ao *staff* uma perspetiva diferente e atuação.

A implementação deste projeto previu gastos de viagem, subsistência e alojamento, suportados pelo financiamento específico para este projeto. Havendo ainda uma pequena verba para custos de funcionamento e gestão.

- **Responsabilidade Social da EPAVE**

À semelhança de anos anteriores a EPAVE, no âmbito da responsabilidade social, continua a desenvolver, junto da comunidade local, um conjunto de apoios sociais na área dos cuidados pessoais. Esta iniciativa permite a toda a comunidade local, em particular às IPSS, os lares, o centro de convívio, beneficiar do apoio dos nossos alunos envolvidos nos projetos em curso, em articulação com o plano de ação social da Município da Póvoa de Lanhoso.

O Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave – SIPRAVE, presta também um serviço social, na medida em que permite o acesso à lista de Ofertas de Emprego de acordo com as saídas profissionais dos cursos ministrados na escola.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.

As candidaturas com financiamento aprovado pelo POCH com os seguintes montantes:

Nº Projeto Portugal 2020	Montantes Aprovados Candidatura			Anos de Candidatura
	FSE	CPN		
POCH-01-5266-FSE-000813	149.593,76	127.154,70	22.439,06	2016-2018
POCH-01-5571-FSE-001023	2.103.220,82	1.787.737,70	315.483,12	2016-2019
POCH-01-5571-FSE-001573	1.462.109,96	1.242.793,47	219.316,49	2017-2020
POCH-01-5571-FSE-002010	900.244,20	765.122,80	135.021,00	2018-2020
Total	4.615.168,74	3.922.808,67	692.259,67	

Estes elementos permitem-nos encarar com satisfação a prossecução do nosso objetivo de contribuir para uma melhor formação profissional dos povoenses até pelo menos 2020.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.

Após 31 de Dezembro de 2018 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados.

OBJETIVOS E POLÍTICAS DA ESCOLA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos;
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018

O Plano de Atividades e Orçamento de 2018, aprovado em 5 de Dezembro de 2017, que apresentava um montante de exploração previsional de 1.227.492,00€ de Rendimentos e 1.220.639,00€ de Gastos. Verifica-se uma execução de 100,51% em Rendimentos no montante de 1.233.654,30€ e uma execução de 99,05% no montante de 1.208.983,66€ em Gastos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se ao sócio que o resultado líquido positivo de 66.885,72€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Joaquim Cândido Lopes Machado (Presidente)



Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca (Vogal)



José Manuel Costa da Silva (Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

©
J.
2025
A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Transferências Correntes e Subsídios à exploração obtidos	14	1 154 805,86	1 043 214,03
Fornecimentos e serviços externos	20	- 283 149,15	- 202 341,25
Gastos com o pessoal	21	- 488 518,88	- 456 987,99
Aumento/Redução do Justo Valor	23	- 4,98	8,17
Outros rendimentos e ganhos	23	53 183,70	49 973,32
Outros gastos e perdas	24	- 301 093,83	- 267 882,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		135 222,72	165 983,88
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	22	- 47 133,06	- 47 493,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		88 089,66	118 490,33
Juros e gastos similares suportados	25	- 3 424,19	- 6 009,29
Resultado antes de impostos		84 665,47	112 481,04
Imposto sobre o rendimento	9	- 17 779,75	- 22 295,78
Resultado líquido do período		66 885,72	90 185,26

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração
<i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i>	<i>Joaquim Cândido Lopes Machado</i>
Valdemar Jorge Azevedo Veloso	Joaquim Cândido Lopes Machado
	<i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i>
	Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca
	<i>José Manuel Costa da Silva</i>
	José Manuel Costa da Silva

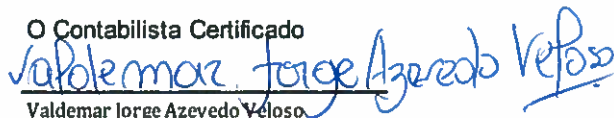
Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019

BALANÇO

		(Montantes expressos em euros)	
		31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	521 369,59	562 665,99
Ativos intangíveis	6	5 339,93	6 143,44
Outros Investimentos Financeiros		1 744,50	778,85
Total do ativo não corrente		528 454,02	569 588,28
ATIVO CORRENTE:			
Devedores por Transferencia e Subsídios(POCH+CPN)	11	360 928,08	259 010,89
Estado e outros entes públicos	17	59,36	0,00
Outras contas a receber	11	304 412,12	523 756,74
Diferimentos (Gastos a reconhecer)	12	3 162,88	3 931,43
Caixa e depósitos bancários	4	35 515,44	97 518,93
Total do ativo corrente		704 077,88	884 217,99
Total do ativo		1 232 531,90	1 453 806,27
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO :			
Património / Capital	13	20 000,00	20 000,00
Reservas	13	10 933,65	10 933,65
Resultados transitados	13	189 514,75	99 329,49
Outras Variações Patrimonio Liquido	13	469 038,51	506 643,71
		689 486,91	636 906,85
Resultado líquido do período		66 885,72	90 185,26
Total do Património Liquido		756 372,63	727 092,11
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	16	1 889,42	13 477,19
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes (PC)	16	287 640,68	394 452,72
Estado e outros entes públicos	17	20 494,02	32 254,23
Financiamentos obtidos	15		150 000,00
Outras contas a pagar	16	166 135,15	84 072,82
Diferimentos (Rendimentos a Reconhecer)	18		52 457,20
Total do passivo corrente		476 159,27	726 714,16
Total do passivo		476 159,27	726 714,16
Total do Património Liquido e do Passivo		1 232 531,90	1 453 806,27

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018

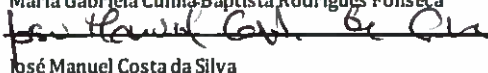
O Contabilista Certificado


Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração


Joaquim Cândido Lopes Machado


Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca


José Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMONIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2018

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
(Montantes expressos em euros)						
Posição no início do período 2018	20 000,00	10 933,65	99 329,49	506 643,71	90 185,26	727 092,11
Alterações no período:						-
Outras alterações reconhecidas no património líquido:						-
Imputação de Subsídios ao Investimento				(37 605,20)		(37 605,20)
Aplicação de Resultado do exercício anterior			90 185,26		(90 185,26)	-
	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>189 514,75</u>	<u>469 038,51</u>	<u>-</u>	<u>689 486,91</u>
Resultado líquido do período					66 885,72	66 885,72
Resultado Integral					<u>66 885,72</u>	<u>756 372,63</u>
Posição no fim do período 2018	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>189 514,75</u>	<u>469 038,51</u>	<u>66 885,72</u>	<u>756 372,63</u>
O Contabilista Certificado <u>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</u> Valdemar Jorge Azevedo Veloso			O Conselho de Administração			
			Joaquim Cândido Lopes Machado			
			Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca			
Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019			José Manuel Costa da Silva			

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMONIO LÍQUIDO
NO PERÍODO 2017

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
(Montantes expressos em euros)						
Posição no início do período 2017	19 951,92	10 933,65	73 278,09	544 248,91	26 051,40	674 463,97
Alterações no período:						-
Realização do excedente de revalorização de a-	48,08					48,08
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido:						-
Imputação de Subsídios ao Investimento				(37 605,20)		(37 605,20)
Aplicação de Resultado do exercício anterior			26 051,40		(26 051,40)	-
	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>99 329,49</u>	<u>506 643,71</u>	<u>-</u>	<u>636 906,85</u>
Resultado líquido do período					90 185,26	90 185,26
Resultado Integral					<u>90 185,26</u>	<u>727 092,11</u>
Posição no fim do período 2017	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>99 329,49</u>	<u>506 643,71</u>	<u>90 185,26</u>	<u>727 092,11</u>
O Contabilista Certificado <u>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</u> Valdemar Jorge Azevedo Veloso			O Conselho de Administração			
			Joaquim Cândido Lopes Machado			
			Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca			
Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019			José Manuel Costa da Silva			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes / POCH	1 130 096,53	726 118,54
Pagamentos a fornecedores e formandos	-429 970,82	-369 552,94
Pagamentos ao pessoal	-470 445,11	-444 410,04
Pagamentos ao pessoal Prestadores de Serviços	-96 277,31	-124 966,09
Outros recebimentos / pagamentos	-18 017,02	-96,75
Caixa gerada pelas operações	<u>115 386,27</u>	<u>-212 907,28</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-20 304,52	-1 667,33
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>95 081,75</u>	<u>-214 574,61</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-2 917,55	-3 623,26
Activos intangíveis	-430,50	
Outros activos	<u>-3 348,05</u>	<u>-3 623,26</u>
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	50,61	41,03
Dividendos	<u>50,61</u>	<u>41,03</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>-3 297,44</u>	<u>-3 582,23</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	278 000,00	500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		48,08
Outras operações de financiamento	<u>278 000,00</u>	<u>500 048,08</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-428 000,00	-350 000,00
Juros e gastos similares	-3 787,80	-4 925,29
Outras operações de financiamento	<u>-431 787,80</u>	<u>-1 084,00</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>-153 787,80</u>	<u>144 038,79</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-62 003,49	-74 118,05
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	97 518,93	171 636,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35 515,44	97 518,93

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração

Joaquim Cândido Lopes Machado

Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

José Manuel Costa da Silva

Póvoa de Lanhoso, 15 de Abril de 2019

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, é uma Empresa Municipal, classificada como EPR (Empresa Pública Reclassificada) detida a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sediada na Avenida da República da Póvoa de Lanhoso, foi constituída em 1999 em aplicação pelo Decreto-Lei N^o4/98, e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 15 de Abril de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do n^o1 do artigo 25^o da Lei 50/2012. As Contas Consolidadas podem ser obtidas na sede do Município da Póvoa de Lanhoso, na Avenida da República.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n^o 192/2015, de 13 de setembro, alterado pelo decreto-lei n^o 85/2016 de 21 de dezembro e de acordo com a estrutura conceptual da informação financeira, normas contabilísticas pública e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, nos termos da Portaria n^o218/2016 de 9 de agosto, aplicando-se á EPAVE o Regime Simplificado das Pequenas Entidades. Em 2018 a entidade realizou a transição da aplicação do SNC para o regime simplificado do SNC-AP, não tendo resultado alterações ao nível dos critérios de mensuração de ativos, passivos, rendimentos ou gastos que mereçam ser divulgados. Verificou-se, outrossim, uma alteração ao nível das divulgações e das nomenclaturas das rubricas das demonstrações financeiras. O património líquido não foi afetado pela transição.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da escola, de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas e de Relato Financeiro vigentes em Portugal no exercício de 2018.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	8-20
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensílios	3-6

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuam. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Handwritten notes in blue ink: a circled 'e', a vertical line, and the word 'mes' written twice.

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (3.6.1.) ao custo ou custo amortizado e (3.6.2.) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.6.1 Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes contribuintes e utentes, outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados pelo custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, ao custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

e) Contrato para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são registados pelo custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “outros ativos financeiros” ou na rubrica “outros passivos financeiros”.

3.6.2 Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “perdas por reduções de justo valor” e “ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

3.6.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A instituição desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios do POCH e CMPVL (Contrato Programa) apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8. Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.